

A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GÊNERO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA¹

Fátima Ivone de Oliveira Ferreira*

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de análise o processo de construção de uma política institucional de gênero no tradicional Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. A análise temática dos diferentes discursos presentes na cultura escolar, nas disciplinas escolares Ciências Sociais e Sociologia, em reuniões, entrevistas com os estudantes organizados em coletivos, professores e outros servidores que formaram grupos de discussão, apontaram para a necessidade de extensão das discussões acerca de gênero e diversidade sexual para as famílias dos estudantes e para a permanência de atitudes de acolhimento e reflexão na luta por uma escola verdadeiramente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Sexualidade; Política institucional; Escola Básica.

ABSTRACT: This work is analyzed in the process of building an institutional gender policy in the traditional Colégio Pedro II in Rio de Janeiro. The thematic analysis of the different discourses present in the school culture, the school subjects Social and Sociology Sciences, meetings, interviews with students organized in collectives, teachers and other civil servants who formed discussion groups pointed to the need for extension of discussions about gender and sexual diversity to the families of the students and the permanence of the host and reflection attitudes in the struggle for a truly inclusive school.

KEYWORDS: Gender; Sexuality; Institutional policy; High School.

3

Introdução

Embora faça parte do cotidiano, inclusive escolar, a diversidade sexual e de gênero ainda é pouco debatida pelas instituições. Nas escolas, o discurso essencialista e excludente predomina e limita as concepções de identidades sexuais e de gênero (DINIS, 2008). A temática de gênero toma conta das novelas e ganha as ruas, entretanto, proliferam os relatos de discriminação e violência contra gays, lésbicas e transgêneros. No plano legislativo, vários estados retiraram de seus Planos Estaduais de Educação referências a identidade de gênero, diversidade e orientação sexual. A chamada “ideologia de gênero” inspira as bancadas religiosas a bloquear iniciativas

¹Esse trabalho foi aceito para exposição oral no IV Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica entre os dias 17 e 19 de julho de 2015 no Grupo de Trabalho: [GT 10] Gênero e Sexualidade - o que o ensino de Sociologia/Ciências Sociais na Educação Básica tem a ver com isso?

* Doutora em Educação. Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.

de combate à discriminação racial, de orientação sexual ou à identidade de gênero no campo educacional, descortinando um cenário de retrocesso da sociedade.

É nesse momento, que fazendo parte da pró-reitoria de pós-graduação, pesquisa, extensão e cultura do Colégio Pedro II - PROPGPEC, estamos acompanhando o movimento de um coletivo na direção da construção de uma política institucional de gênero para o CPII. Essa comunicação pretende relatar essa iniciativa sob o ponto de vista da Sociologia.

O campo

O Colégio Pedro II foi criado em 1837, sob inspiração do modelo francês de excelência acadêmica. Zotti (2005, p. 30) estudou os aspectos do ensino secundário no Brasil imperial, destacando o Colégio Pedro II neste contexto. Segundo esta autora:

no caso do ensino secundário, sua finalidade social está diretamente ligada a formação educativa das minorias, ou seja, um ensino voltado a classe economicamente dominante. Seu objetivo pedagógico tem sido o de proporcionar uma “cultura geral”, que se vinculou até certa época ao currículo das humanidades clássicas e foi se modificando como resposta as novas exigências socioeconômicas, incorporando os estudos das ciências e das humanidades modernas, mas com caráter desinteressado e intelectualista, como meio de acesso ao ensino de nível superior.

Assim, o Colégio Pedro II manteve seus currículos atrelados aos interesses do ensino superior e seus planos de estudo alternaram momentos de ênfase nas humanidades e outros, em menor número, de ênfase nas ciências, caracterizando um dilema entre formação literária e científica.

A partir de sua sede, situada na Rua Larga de São Joaquim, hoje Avenida Marechal Floriano, ampliou, ao longo de sua história quase bicentenária, seus espaços físicos, corpo docente administrativo e discente compreendendo, hoje, um grande sistema educacional com 12 *campi* que se estendem por diferentes bairros do Rio de Janeiro,

e duas unidades fora do município do Rio de Janeiro: o campus Niterói e o campus Duque de Caxias, totalizando 14 *campi*.

Este estabelecimento é o único citado na constituição de 1988² e foi equiparado aos institutos federais de ensino pela Lei n. 12.677 em 25 de junho de 2012. Esta Lei introduziu mudanças em alguns artigos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, com a Lei n. 12.677 incluiu-se o Colégio Pedro II na referida rede, mantendo sua tradicional denominação e a finalidade da oferta de Educação Básica, equiparando-o aos Institutos Federais quanto à estrutura e organização. Os efeitos dessa atualização se desdobram ao longo do presente ano (2015), com a elaboração de um novo estatuto institucional e uma nova estrutura organizacional, que prevê uma gestão de base democrática, com participação representativa de pais, alunos e servidores nas principais instâncias de decisões.

Um dos símbolos marcantes da especificidade desta escola, merecedor de destaque, é o *Hino dos Alunos do Colégio Pedro II* composto pelo maestro Francisco Braga (música) e pelo bacharel do externato (Hamilton Elia - letra). Transcrevemos a seguir este hino, que ainda é cantado por todos os alunos e professores em solenidades, cerimônias semanais nos diversos *campi*, sendo ao seu final entoado o grito da tabuada.

*Nós levamos nas mãos
O futuro de uma grande e brilhante nação
Nosso passo constante e seguro
Rasga estradas de luz na amplidão
Nós sentimos no peito
O desejo de crescer, de lutar, de subir
Nós trazemos no olhar o lampejo
De um risonho fulgente porvir
Vivemos para o estudo,
Soldados da ciência
O livro é nosso escudo
E arma a inteligência.
Por isso, sem temer
Foi sempre o nosso lema
Buscamos no saber*

²Em seu artigo 242 da Constituição, no § 2º: “O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal.”.

*A perfeição suprema.
Estudaram aqui brasileiros
De um enorme e subido valor*

*Seu exemplo segui, companheiros
Não deixemos o antigo esplendor
Alentemos ardente
A esperança de buscar, de alcançar, de manter
No Brasil a maior confiança
Que só pode a ciência trazer.
Vivemos para o estudo,
Soldados da ciência
O livro é nosso escudo
E arma a inteligência.
Por isso, sem temer
Foi sempre o nosso lema
Buscarmos no saber
A perfeição suprema.*

Trata-se, pois, de mais um simbolismo entre tantos que povoam o universo dessa histórica instituição. Os elementos de distinção e suas (re)interpretações juvenis são: o disputado concurso de ingresso³; o uniforme que permanece sem modificações há bastante tempo, consagrando certo “orgulho” de pertencimento ao grupo de alunos, o qual se estende ao longo do tempo, mesmo depois de sair do colégio e passar à universidade ou ao mundo do trabalho. Os 178 anos da instituição são preservados em pesquisas, histórias, memória oral e escrita, nos seus prédios e nos rituais renovados semanalmente nas diversas unidades. Há que se destacar, também, a manutenção da organização estudantil, alicerçada em grêmios presentes nas diversas unidades escolares e que buscam se articular por meio de ações diversas (jogos, campeonatos, mobilizações reivindicatórias, etc.).

Em 1995 foi inaugurado o Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) que é um núcleo institucional de pesquisa interdepartamental com o objetivo de resgatar, organizar e divulgar o acervo manuscrito, iconográfico e documental da História e Memória do Colégio Pedro II. No NUDOM há um acervo de documentos relativos a

³ No concurso para ingresso de alunos no ano de 2009/2010 houve 9130 inscrições para o ensino médio regular, para 660 vagas. Na unidade escolar Realengo houve 3073 inscrições para 150 vagas. Dados disponíveis em <http://www.cp2.g12.br>

ofícios, anuários, livros de exames, matrículas, nomeação de professores, material iconográfico, planos de estudo e programas de ensino (DANTAS, 2011).

O Colégio Pedro II possui um corpo docente qualificado, com significativa porcentagem de doutores e mestres e apenas no ano de 2014 a Diretoria de pesquisa registrou 28 grupos e laboratórios de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento.

O processo de construção

Após chamada na página eletrônica institucional reuniram-se servidores e alunos, em março de 2015, para deliberarem sobre a construção de uma política institucional de gênero para o Colégio Pedro II. O convite, publicado no site do colégio, se dirigiu a servidores, mas os coletivos de alunos apresentaram-se e foram acolhidos na reunião. O chamado partiu do próprio reitor que em sua fala inicial discorreu sobre sua experiência anterior na direção de campus, onde entrou em contato com dramas de adolescentes em conflito com o processo de orientação de gênero e mais recentemente, na recepção de novos funcionários.

Após a fala inicial do reitor e sua retirada do recinto, a pró-reitora de pós-graduação coordenou a reunião, lembrando os ecos da aula inaugural proferida por Rogério Junqueira e sugerindo que todos os presentes fizessem uso da palavra. Estávamos reunidos no auditório da pós-graduação e foi muito interessante a troca de experiências entre os 46 participantes. Havia professores atuantes em todos os níveis, desde a educação infantil até a pós-graduação, servidores da área técnica, da gestão de pessoas, do desenvolvimento institucional. As falas ratificavam a importância daquele momento de discussão e atestavam a urgência em construir uma política institucional de gênero.

Uma professora dos anos iniciais do ensino fundamental revelou que já na 5ª série alunos acusam outros de atitudes afeminadas, atestando o padrão heteronormativo presente na socialização escolar. Outro técnico em assuntos educacionais pediu a

palavra para registrar a resolução número 12, de 16 de janeiro de 2015 e publicada em diário oficial em 12 de março de 2015, que:

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais- e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais- nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

A fala de uma aluna é muito significativa ao deixar claro que a convivência escolar oferece um contraponto à vivência familiar, além de sugerir um trabalho educacional extensivo às famílias:

“Me deparei com o amigo que queria usar saia e estive discutindo gênero na aula de Sociologia. Minha família é evangélica. Meu avô é pastor e trata a questão como doença. O CPII me mostrou um novo olhar. Não basta só transformar os alunos. Tem que atingir as famílias.”

As aulas de Sociologia são lembradas como espaço de discussão sobre gênero e é a garantia da presença dessa temática no currículo do Ensino médio. No caso do Colégio Pedro II, os alunos têm contato com a temática da Diversidade na disciplina Ciências Sociais, desde o Ensino Fundamental nos 7º, 8º e 9º anos. No entanto, a presença curricular não impede que atitudes e reações dos atores sociais da cultura escolar insiram nas vivências curriculares faces do preconceito e da homofobia.

Outra professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental alertou para a necessidade de ocupar os espaços desde a educação infantil pois

“precisamos ocupar os espaços e a discussão sobre sexualidade não pode ser tratada apenas da 6ª série em diante. Precisamos educar para a sexualidade. Na verdade somos todos carentes de educação sexual.”

Houve falas que revelaram que o entendimento é de que a formação se dá no cotidiano, no confronto de ideias: uma professora relatou que no 5º ano o aluno já fala:

“Ei cara! Isso aí é homofobia!” Para ela, é fundamental a formação dos servidores e propõe grupos de estudos com funcionários e alunos.

As alunas presentes a este primeiro encontro por uma política de gênero, reivindicaram o protagonismo na discussão, já que a demanda pela temática de gênero e sexualidade partiu dos estudantes. Alegaram que o machismo está presente nas relações escolares e que iniciativas feministas não têm apoio das instâncias institucionais. Na verdade, os estudantes buscam nos coletivos, apoio para suas lutas. Na rede social *online Facebook* estão registrados os coletivos: Retrato Colorido, Feminismo $\frac{3}{4}$ e Comissão de mulheres do Campus Centro do Colégio Pedro II. Todos esses coletivos são formados por alunos do Colégio Pedro II e podem incluir estudantes de diversos *campi*. A capilaridade da rede garante a difusão das ideias e múltiplas interações.

Em 2014, os alunos promoveram um ato público, no espaço escolar, no qual os meninos vestiram saias. O evento foi chamado de *SAIATO* e ganhou espaço na mídia chamando atenção para as questões de gênero. Uma aluna disse: *“Foi o SAIATO que provocou a aula magna”*, em referência à aula inaugural do ano letivo de 2015 com o pesquisador Rogério Junqueira.

Essa primeira reunião, onde todos os presentes falaram, marcou a disposição daquele grupo em, de fato, interferir nas relações sociais presentes nessa escola, cultivando relacionamentos mais justos e solidários baseados no respeito às diferenças.

Em abril, realizamos a segunda reunião do grupo, na qual, a pró-reitora de pós-graduação propõe ações prioritárias que envolvessem família, alunos e servidores do CPII. *“Nosso grupo não é um tribunal, nós estamos aqui reunidos para coletivamente pensar ações institucionais mais sólidas”*. Iniciamos então uma nova roda de conversas onde foi lembrado que o momento era de discussão do código de ética discente e da revisão do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). Uma professora dos Anos Iniciais apontou a necessidade de inserção da temática no PPPI.

Dois servidores técnico-administrativos relataram a necessidade de trabalhar em conjunto com os professores, desvelando a urgência em deflagrar um processo de formação dos servidores:

“temos o projeto de gestão DIVERSIDADE, discutindo as diferenças. É um projeto de PRÁXIS, não é acadêmico. O SESOP(órgão de supervisão e orientação pedagógica) apontou um projeto de intervenção na comunidade. Nosso desafio é conquistar os professores e os pais. Estamos trabalhando na identificação pontual. Temos dois casos em que as crianças não querem voltar para o colégio. Os professores punem mesmo!” Vamos fazer o levantamento de homofobia e sexismo.”

Uma professora de História sintetizou o sentimento de todos:

“Acho que cabe algo que pudesse fomentar e organizar o que já está sendo feito. Mapear as iniciativas e criar um núcleo, um grupo que possa retroalimentar as ações. Precisamos centralizar nossas ações. Se tivéssemos um setor para organizar nossas ações, seria muito bom”

Nesse ponto da reunião parecia já haver um consenso pela formação de um núcleo de pesquisa que não se restringisse às questões meramente acadêmicas, mas que tratasse da dinâmica das relações pessoais na escola com base no respeito à diversidade. *“Seremos o Núcleo de Estudos e ações em Gênero e Sexualidade”*. Os alunos presentes e que reivindicavam o direito à voz, não nos deixaram esquecer que o diálogo com eles será precioso. *“Onde entram os alunos? A voz dos alunos?”* - disse a aluna Camilla.⁴

Na terceira reunião, em maio, tivemos novos participantes além dos já envolvidos na discussão e de vários líderes de grupos de pesquisa do colégio. Nela, surgiu uma discussão sobre a pertinência da institucionalização do grupo enquanto núcleo de pesquisa. Houve argumentos em favor da criação de um Fórum Permanente diante da preocupação com a possibilidade de “engessamento” das ações e com as possíveis dificuldades para transitar entre as diversas instâncias da escola. Assim, propôs-se a estrutura de Fórum permanente. A ideia de fórum agradou a alguns participantes, pois transmite a impressão de um lugar confortável e capaz de manter a dinâmica das discussões. Entretanto, também se argumentou que a temática de gênero merece estar colocada e organizada enquanto núcleo, aproveitando o momento da escola que tem incentivado iniciativas dessa natureza. Além disso, se

⁴ Nome fictício.

considerou que a estrutura de núcleo daria visibilidade às questões de gênero e sexualidade. O núcleo poderia, inclusive, promover fóruns.

Também foram definidas ações futuras, de acordo com as demandas apresentadas nas reuniões anteriores, tais como:

- 1) Elaborar a "cartilha" com as principais orientações/dúvidas para os servidores em relação a seus direitos estando em relações homoafetivas.
- 2) Difundir entre os pares da instituição fundamentos para diálogos sem preconceitos, igualitários e respeitosos.
- 3) Desenvolver estudos acadêmicos sobre a temática das relações de gênero e da diversidade.
- 4) Zelar pelos direitos dos alunos LGBT.
- 5) Mapear as iniciativas e ações já existentes no CPII.

Uma lista de discussão por e-mail, além do fórum da Plataforma *Moodle* foram iniciativas para facilitar a comunicação entre os encontros mensais e registrar as discussões.

A quarta reunião contou com a presença de alunos e professores de diversos *campi* e apresentamos o resultado do mapeamento das ações em gênero e sexualidade em todos os *campi* do CPII. Depois passamos à discussão sobre a pertinência da institucionalização do grupo enquanto Núcleo de Estudos ou Fórum Permanente. Após o debate, iríamos proceder a votação, mas logo houve vozes que apontavam a formação de um consenso pela formação do núcleo. De fato, o Núcleo de Estudos e Ações de Gênero e Sexualidade foi aclamado por unanimidade pelos presentes.

Considerações finais

Nossa caminhada apenas começou. O caminho é longo e precisamos organizar o núcleo com funções ativistas e acadêmicas. Ele deverá estar atento aos movimentos estudantis, mantendo constante diálogo com esses coletivos. Acompanhar a discussão atual sobre o código de ética discente e promover a formação continuada dos diversos atores sociais da escola, tornando-os sensíveis ao tema e capazes de desconstruir estruturas identitárias excludentes e fortemente presentes na prática e no discurso educacional.

Referências bibliográficas

DANTAS, A. G.-**Entre memórias e silêncios**: um olhar sobre bibliotecas do Colégio Pedro II. 2011. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011. http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_AndreDantas%20Corrigida.pdf.

Dinis, Nilson Fernandes. "**Educação, relações de gênero e diversidade sexual**". *Educação & Sociedade, Campinas* 29.103 (2008): 477-492.

ZOTTI, S. **O ensino secundário no império brasileiro**: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. In: *Revista HISTEDBR On-line, Campinas*, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005.